

HABEAS CORPUS Nº 546.329 - SP (2019/0345831-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL GOMES BEDIN - SP324212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ATILA JORGE FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de ÁTILA JORGE FERREIRA DOS SANTOS – preso cautelarmente em 25/11/2017 e pronunciado em 9/5/2018, pela prática denunciados pela suposta prática do crime previsto no artigo 121, §2º, inciso III, do Código Penal – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2191692-93.2019.8.26.0000).

No *writ* originário, a defesa afirmou que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, afirmando que o recurso contra a decisão de pronúncia encontra-se pendente de julgamento desde a data de 13/9/2019. O Tribunal de origem denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 729):

HABEAS CORPUS - alegação de excesso de prazo criação jurisprudencial, avaliada à luz do princípio da razoabilidade circunstâncias mais gravosas aptas a autorizar maior dilação temporal inexistência de desídia da d. Autoridade Impetrada recurso próximo ao julgamento ausência de constrangimento ilegal indeferimento liminar.

Na presente oportunidade, o impetrante reafirma a tese de excesso de prazo na formação da culpa, asseverando que o paciente se encontra preso preventivamente há quase 2 (dois) anos.

Informa, que os autos chegaram na Defensoria Pública, em dezembro de 2018, em virtude de desídia do advogado anteriormente constituído.

Nessa mesma data foi interposto recurso em sentido estrito, sendo que, segundo afirma, por questões técnicas referente ao próprio sistema e-saj vinculado ao Poder Judiciário do estado de São Paulo, as razões recursais foram juntadas somente em abril de 2019.

Informa, ainda, que "[n]ão obstante a juntada das razões recursais apenas em abril de 2019, em 16 de maio de 2019 o magistrado determinou quanto à sanção imposta ao advogado constituído “a expedição da competente certidão e início da execução da multa pela Fazenda Pública” e “somente após, cumpra-se o quanto determinado no item 02 de fls. 630” (determinação de remessa dos autos a este Tribunal de Justiça para julgamento do recurso em sentido estrito) (fls. 636) (e-STJ fl.8).

Por fim, alega que os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça apenas em 5/9/2019, encontrando-se o recurso em sentido estrito pendente de julgamento até a presente data.

Assim, pede, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória do paciente, até o julgamento do presente writ.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal de origem, ao denegar a ordem, entendeu não haver constrangimento ilegal por excesso de prazo, consignando que o andamento processual tramita agora de maneira regular. Confira-se (e-STJ fl.734 grifei):

[...]

No caso dos autos, tem-se que a demora no curso da instrução processual teve correspondência com a impetração equivocada de recurso em sentido estrito por parte da defesa, posteriormente corrigido, bem como pedidos do causídico destituído. Ademais, como já destacado acima, por três vezes a defesa não observou os prazos estipulados pelo juízo para manifestação, de sorte que não há que se falar em constrangimento em virtude de sua própria desídia.

Assim o prazo utilizado até o presente momento, em que pese elevado, encontra-se razoável em face das peculiaridades na sua tramitação, não caracterizando constrangimento ilegal a justificar o relaxamento da prisão em flagrante. Não há qualquer ilegalidade no tempo da prisão, especialmente porque o Recurso em Sentido Estrito, também se encontra em vias de ser avaliado por este magistrado, não impedindo que se analise novamente eventual excesso de prazo.

Como visto, o Tribunal menciona que a própria defesa teria dado causa à demora no processamento do recurso, contexto que, a princípio, atrai a aplicação do enunciado n. 64 desta Corte:

NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes

Superior Tribunal de Justiça

do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator